



Fig. 1- Implantação geográfica dos sítios arqueológicos na zona centro do concelho de Ovar

## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E CULTURAL

Gertrudes Branco \*\*

Comunicação apresentada a 28 de Novembro de 2008, no Seminário "Património: Desenvolvimento e Inovação" das II Jornadas do Património organizadas pela Câmara Municipal de Ovar. Todas as fotografias são do autor.

\*\* Licenciada em Arqueologia. Exerce a sua actividade no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, na Extensão de Viseu. Integra a Comissão Mista de Coordenação do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro e a Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Director Municipal de Ovar. [gbranco@igespar.pt](mailto:gbranco@igespar.pt)

O Ordenamento do Território pode ser definido como o conjunto de normas e planos onde se estabelecem critérios que regulam a acção humana sobre o meio físico envolvente. A implementação deste conceito deve reger-se pelos princípios do desenvolvimento sustentável, assegurando a adequada relação entre a preservação racional dos recursos (naturais e culturais) e o desenvolvimento socioeconómico, associado à melhoria das condições de vida.

A gestão desta interacção entre o Homem/Espaço Natural é suportada pela elaboração, e implementação, de planos que reflectem as políticas governamentais para as diferentes abrangências territoriais:

**PNPOT** (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) estabelece as grandes opções com

relevância para a organização do território nacional;

**PROT** (Plano Regional de Ordenamento do Território) define as linhas estratégicas de desenvolvimento, de organização e gestão de uma região;

**PMOT** (Planos Municipais de Ordenamento do Território) estabelecem as regras para utilização, ocupação e transformação do uso do solo num território concelhio, nos quais se incluem PDM (Plano Director Municipal), PU (Plano de Urbanização) e PP (Plano de Pormenor).

Esta planificação requer a elaboração de diagnósticos sobre os sistemas territoriais actuais, e a proposta de modelos de desenvolvimento futuro. Esta é



auxiliada por Relatórios Ambientais de análise e avaliação efectuados no âmbito de uma Avaliação Ambiental Estratégica.

A Avaliação Ambiental Estratégica é um instrumento de avaliação de impactes a nível estratégico, com o objectivo de assegurar que determinados planos e programas incorporam valores ambientais e culturais. Esta é prévia aos Planos de Ordenamento do Território (PNPOT, PROT, PMOT) que devem reflectir as suas orientações.

A lei define Património Cultural como o conjunto de "todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização" (n.º 1, art.º 2, da

Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro).

O Património Cultural, a par da Paisagem, do Património Natural e da Poluição, são considerados, à face da lei, *Componentes Ambientais Humanos*, cuja defesa, salvaguarda e valorização deve ser equacionada no âmbito dos planos e instrumentos de ordenamento do território, com vista à adequada gestão dos recursos existentes e a uma melhoria da qualidade de vida. (Capítulo III da Lei de Bases do Ambiente). O Património Arqueológico é uma das componentes do Património Cultural.

Estes pressupostos legais são assegurados através de uma coordenação entre diferentes organismos da Administração Pública, nomeadamente, a Agência

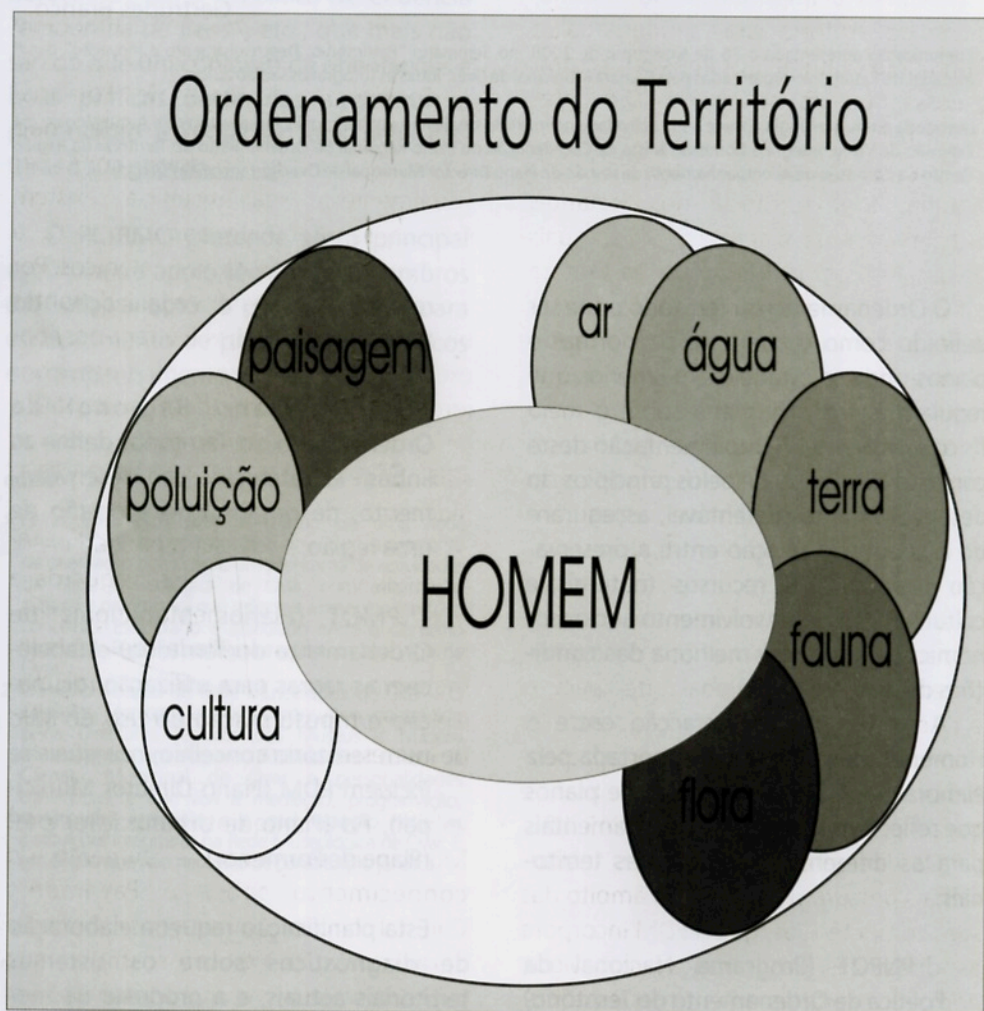


Fig. 2- Componentes Ambientais Humanos e Naturais



Portuguesa do Ambiente (APA), Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), Câmaras Municipais, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, I.P) e Direcções Regionais da Cultura.

Esta articulação Institucional permite a integração do IGESPAR, I.P., e da Direcção Regional da Cultura, enquanto organismos com competência na salvaguarda do Património Cultural, nas Comissões de Acompanhamento e nas Comissões de Avaliação dos diferentes planos e instrumentos de gestão territorial. Esta representação garante a presença do princípio da prevenção e salvaguarda dos valores culturais nos conteúdos aprovados.

Focando a importância do Ordenamento do Território para a salvaguarda do Património Cultural, optamos por centrar a nossa atenção nos Planos Directores Municipais.

Esta escolha não minimiza, de forma alguma, a importância dos restantes instrumentos de planificação, nos quais os organismos do Ministério da Cultura estiveram, e estão, representados, e onde se salvaguardaram princípios importantes para a defesa do Património Cultural, nomeadamente o PNPOT e os PROT.

Os Planos Directores Municipais estabelecem os modelos de organização espacial dos municípios. Estes são elaborados pelas Câmaras Municipais, ou por equipas mandatadas pela autarquia para esse efeito, e acompanhados pela respectiva Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional que, para o efeito, nomeia uma Comissão de Acompanhamento onde estão representadas diversas instituições, públicas e privadas, nomeadamente o IGESPAR, I.P.

Os diferentes representantes institucionais procuram garantir, no âmbito das suas competências, que o PDM incorpora as directrizes da legislação em vigor, nomeadamente as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão

territorial de âmbito nacional e regional.

É fundamental que os estudos de caracterização do território concelhio, conducentes ao estabelecimento de um modelo territorial, abarquem a componente do Património Cultural e Arqueológico. O conhecimento adquirido deverá resultar na elaboração de uma Carta Municipal de Património. Esta deverá conter, de forma georreferenciada, todos os sítios de interesse patrimonial, nomeadamente, os *Sítios Arqueológicos*, e as *Áreas de Potencial Arqueológico*.

Consideram-se Sítios Arqueológicos os locais onde foram identificados vestígios materiais de valor patrimonial e científico, conectáveis com acções humanas passadas. Neste âmbito aconselha-se, tanto quando possível, a sua representação cartográfica através de manchas de dispersão de materiais.

Consideram-se Áreas de Potencial Arqueológico os locais onde, não obstante não seja possível confirmar visualmente a sua existência, existem indícios seguros que apontam para a ocorrência de vestígios arqueológicos. Por indícios seguros, estamos a falar de fontes bibliográficas e estamos a referir-nos, por exemplo, ao subsolo dos adros das igrejas, capelas e santuários susceptíveis de possuírem enterramentos, ou ao subsolo de determinadas cidades, vilas e aldeias.

Esta Carta será acompanhada por medidas de prevenção e salvaguarda a constar em Regulamento, nomeadamente a obrigatoriedade de se submeterem a parecer da tutela os projectos e planos propostos para as áreas definidas de interesse cultural.

Resumindo, os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Planos Directores Municipais promovem o aumento do conhecimento sobre o Património Cultural concelhio, através dos estudos de caracterização, e reforçam a sua protecção legal enquadrando-os em Regulamento.



De referir que o conhecimento adquirido tem potencialidades a nível do desenvolvimento concelhio que ultrapassam o âmbito do PDM. A título de exemplo, poderá ser considerada:

1. A hierarquização patrimonial dos sítios identificados, com vista à sua recuperação, valorização, e integração em circuitos de divulgação turística;

2. A produção de monografias temáticas de divulgação local, possibilitando aos cidadãos o conhecimento da sua história.

É o conhecimento adquirido, pela necessidade legal de englobar o Património Cultural nos instrumentos de Ordenamento do Território, que dinamiza os mecanismos de protecção.

Os trabalhos de caracterização do Património Arqueológico concelhio, que visam e detectam o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do

património arqueológico, independentemente de se revestirem de natureza intrusiva são, à face da lei em vigor, considerados trabalhos arqueológicos (Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho). Compete ao IGESPAR, I.P. autorizar, acompanhar e fiscalizar a realização destes trabalhos (Decreto-Lei n.º 96/2007, de 26 de Março).

Na prática, a realização de trabalhos arqueológicos, nomeadamente os trabalhos de levantamento arqueológico concelhio, devem ser efectuados por um arqueólogo, que solicita autorização à tutela, mediante apresentação de um Requerimento e de um Plano de Trabalhos. Avaliada a documentação, autorizado o Plano de Trabalhos e a equipa proposta, os trabalhos são realizados, sob fiscalização técnica das equipas do IGESPAR, I.P. Finalizados os trabalhos, é remetido para aprovação um Relatório Técnico Científico com os resultados obtidos. Uma vez aprovado, o relatório pode ser inserido nos diferentes planos de ordenamento do território,

Sítio	CNS	Meio	Tipo	Tipo Sítio	Concelho	Freguesia
Ancora	20845	Terrestre	Marcha de Ocupação	Terrestre	Ovar	São João
Praia do Furdouro - Âncora	21781	Meio Aquático	Âncora	Nautico	Ovar	
Neopólio de Chão de Gato	22746	Terrestre	Neopólio	Terrestre	Ovar	Esposende
Furdouro 1	22801	Meio Aquático	Casco	Nautico	Ovar	Ovar
Praia do Furdouro - Moeda	24283	Meio Aquático	Achado(s) Isolado(s)	Nautico	Ovar	
Ovar	24343	Terrestre	Canhão	Nautico	Ovar	
Furdouro 2	25853	Meio Aquático	Neutólio	Nautico	Ovar	
"Santos Pais" (1799) - Furdouro	25127	Meio Aquático	Neutólio	Nautico	Ovar	
"São José e Nossa Senhora das Mercês" (1793) -	25856	Meio Aquático	Neutólio	Nautico	Ovar	

Relatar Inserir Remover Exportar

Sítios Arq. Terrestres

Identificação Coordenadas Informação Auxiliar Protecção Excluídos Associações

Designação: Neopólio da Chão de Gato

CNS: 22746 Meio: Terrestre

Tipo: Neopólio

Descoberto: Chão de Gato

Topónimo: Chão de Gato

Dir. Administrativo: Aveiro/Ovar/Esposende

Censo: Aveiro

Concelho: Ovar

Freguesia: Esposende

Período: 1

Casas Humanas? ☐

Novel Expandir Contar

ZIP: 172.1.1.130:21209/IGESPAR/IGESPAR

Fig. 3- Exemplo da Base de Dados – Endovélico – referente ao concelho de Ovar (disponível em [www.ipa-min-cultura.pt](http://www.ipa-min-cultura.pt))



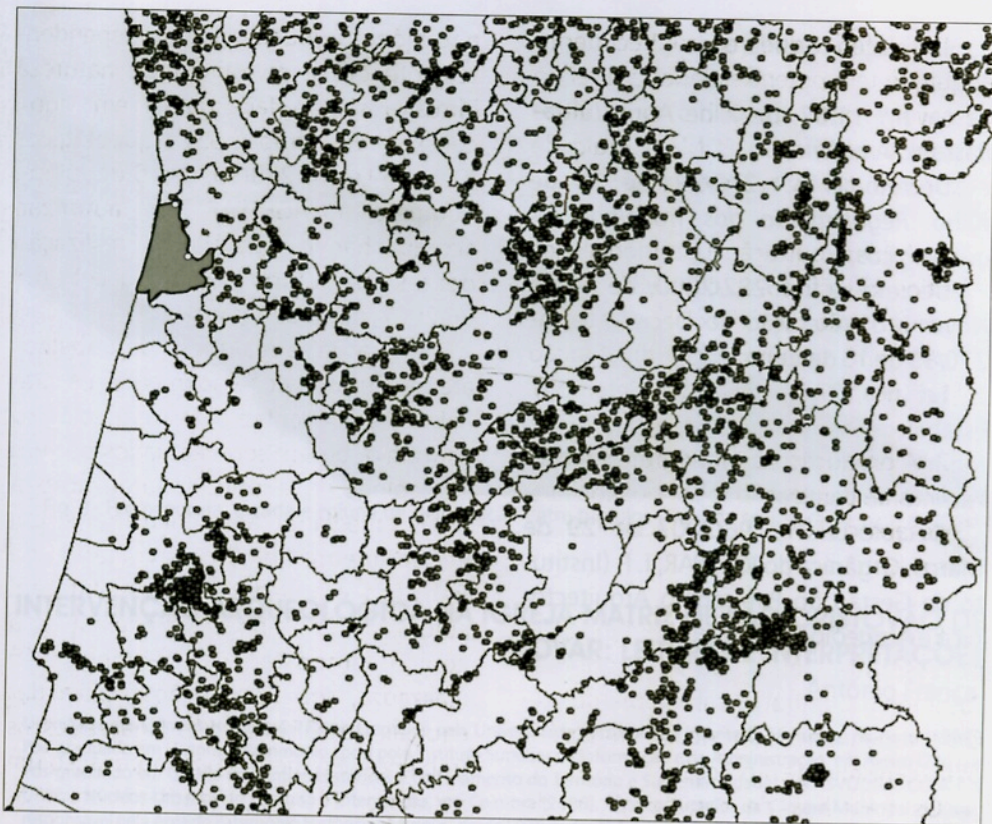


Fig. 4- Exemplo de mapa do Sistema de Informação Geográfica que reúne no momento 27,705 sítios arqueológicos (disponível em [www.ipa-min-cultura.pt](http://www.ipa-min-cultura.pt))

nomeadamente nos PDMs.

Um dos aspectos mais importantes desta relação tutelar é a dinamização da informação. O IGESPAR, I.P. possui uma base de dados – Endovélico – disponível on-line ([www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt)) onde constam todos os sítios arqueológicos registados, até ao momento, em território nacional.

Esta é uma plataforma de informação que recebe a informação dos trabalhos concluídos, através do conteúdo dos relatórios técnico-científicos submetidos à aprovação da tutela, e disponibiliza-a como complemento, ou como ponto de partida, para a realização de novos trabalhos.

Neste momento, encontram-se registados na nossa base de dados cerca de 27.705 sítios arqueológicos, a maioria dos quais inseridos num Sistema de Informação Geográfica, resultantes da realização dos mais diversos tipos de

trabalhos arqueológicos, disponíveis para se estabelecerem como ponto de partida à realização de muitos mais.

Como apontamento final, é importante frisar que os instrumentos de Ordenamento do Território são mecanismos imprescindíveis à defesa e salvaguarda do Património Cultural e Arqueológico. Contudo, a melhor salvaguarda, a melhor protecção e valorização deverá acontecer quando os cidadãos olharem para o Património como seu, como parte das suas raízes, alicerçadas no passado e na sua História.

Neste sentido, não devemos esquecer a importância da participação dos cidadãos na Consulta Pública dos diferentes Instrumentos de Ordenamento Territorial, que lhes permite, de certa forma, transmitir a sua opinião e o seu conhecimento, colmatando algumas lacunas facultadas pelos serviços públicos.



### Legislação considerada

Lei n.º 11/87, de 7 de Abril. *Lei de Bases do Ambiente*;

Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho. *Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos*;

Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de Novembro. Alteração ao Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho;

Lei nº 107/01 de 8 de Setembro. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização Património Cultural;

Decreto-Lei n.º 96/2007 de 29 de Março. Orgânica do IGESPAR, I. P. (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.);